



a Voz do Operário

INFORMAÇÃO com CLASSE

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco
ANO 141 NÚMERO 3077 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA
ABRIL 2020 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



NACIONAL Coronavírus: crescem abusos laborais

Despedimentos, imposição de férias durante a quarentena, redução de salários, layoffs, falta de proteção sanitária nos locais de trabalho e não pagamento de subsídio de alimentação são algumas das consequências de uma epidemia levada a cabo por inúmeras empresas durante esta crise gerada pelo novo coronavírus. **págs. 8 e 9**



25 DE ABRIL

Voltar a Abril, abraçar o futuro

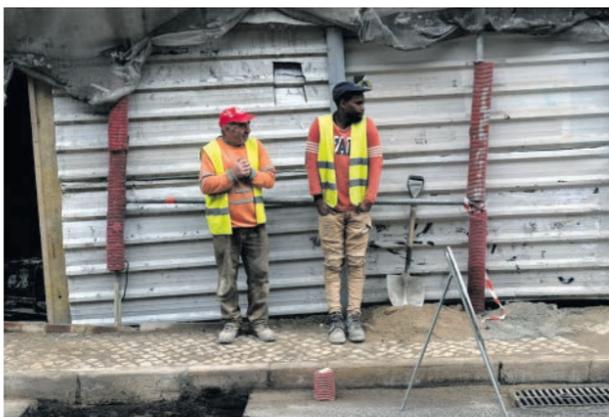
Há 46 anos, caiu a mais longa ditadura fascista da Europa. Nos anos seguintes, os trabalhadores e a população foram protagonistas de um processo revolucionário que tinha a justiça social como bússola. Com

o país condicionado por uma pandemia, a ameaça de uma nova crise assombra os trabalhadores e torna ainda mais evidente a necessidade do controlo público dos setores estratégicos. **págs. 6 e 7**



A VOZ DO OPERÁRIO A instituição em tempos de pandemia

Os espaços educativos adaptam-se ao ensino a partir de casa, as funcionárias d'A Voz desafiam o novo coronavírus mantendo o apoio domiciliário e a entrega de refeições aos mais idosos. **págs. 4 e 5**



Medidas anunciadas insuficientes

O país está em estado de emergência devido à crise provocada pela pandemia de Covid-19. Com Portugal a meio gás, o governo anunciou um pacote de medidas para salvaguardar a economia que beneficiam particularmente as empresas e deixam os trabalhadores desprotegidos. A CGTP-IN exige mais medidas e exige proibição dos despedimentos. **pág. 11**



Solidariedade vs. inação

Se países como a China, Cuba e Rússia responderam ao apelo desesperado de países como Itália, a inação da União Europeia é cada vez mais evidente. Toneladas de material chinês chegaram aos países europeus e Cuba enviou centenas de médicos. As opções políticas e económicas da UE deixaram os estados-membros mais debilitados para enfrentar esta crise. **págs. 12 a 14**



150 anos de Lênine

Foi a 22 de abril que nasceu o revolucionário russo Vladimir Ilitch Ulianov. Ficou conhecido pelo pseudónimo Lênine e inspirou o movimento operário internacional com os seus contributos teóricos e práticos para o desenvolvimento do marxismo onde se destaca o primeiro Estado operário na Rússia em 1917. São muitas as suas obras no acervo d'A Voz do Operário. **pág. 16**

A Covid-19 e a resposta n'A Voz do Operário

Manuel Figueiredo,
Presidente da Direção

Vivemos tempos difíceis, de complexidade e incerteza com a pandemia da Covid19, a qual constitui uma séria ameaça em termos de saúde pública, representando para já um grande condicionamento à vida de muitas pessoas, podendo vir a ter impactos significativos a nível económico, com especial incidência nos trabalhadores, caso não sejam tomadas medidas eficazes, designadamente ao nível da manutenção do rendimento das famílias. Infelizmente, as medidas anunciadas pelo Governo ou são claramente insuficientes ou vêm até ao arrepio daquilo que a presente situação exige, perspetivando-se já um grande aumento do desemprego, designadamente ao nível dos trabalhadores com maior precariedade laboral, ao mesmo tempo que parte das pessoas que mantêm o seu vínculo vêm o seu rendimento reduzido em um terço.

Naturalmente que as medidas decretadas tiveram impacto n'A Voz do Operário, designadamente ao nível das atividades educativas que passaram a ser desenvolvidas à distância, enquanto as associativas foram suspensas. Por outro lado, num momento em que a solidariedade faz ainda mais sentido, mantêm-se as valências de refeição social e apoio domiciliário e garantimos as refeições aos utentes do Centro de Convívio, agora com entrega nas suas casas.

Com grande dedicação e empenho, está a ser desenvolvido um esforço para, mesmo à distância, as equipas pedagógicas de cada valência prosseguirem o desenvolvimento do trabalho educativo, articulando diretamente com as famílias e explicitando os procedimentos a adotar, tendo como objetivo, para além dos aspetos letivos, manter uma ligação afetiva e de proximidade com as crianças e as famílias.

A grande maioria dos trabalhadores d'A Voz do Operário mantêm-se no ativo, com uma parte significativa da área educativa a trabalhar em casa, enquanto outros trabalhadores continuam a trabalhar a partir das instalações, incluindo os que estão inseridos na atividade social. Temos alguns trabalhadores em casa por outras situações, designadamente por terem de ficar com os filhos com menos de 12 anos ou por serem considerados em situação de

risco relativamente à pandemia.

No mês de março garantimos o vencimento na íntegra a todos os trabalhadores, situação que esperamos poder prosseguir nos próximos meses, desde que as receitas o permitam, designadamente aquelas que, nestes tempos de exceção, pugnamos sejam reforçadas pelas entidades públicas para apoio ao serviço à comunidade que continuamos a prestar praticamente na íntegra, embora nalguns casos em moldes distintos.

Evidentemente que só o faremos se tal for compatível com a sustentabilidade d'A Voz do Operário, caso contrário seria o seu futuro que estaria a causa, e consequentemente a própria manutenção dos postos de trabalho.

Enviámos uma comunicação aos encarregados de educação, manifestando a nossa intenção de reduzir as mensalidades relativamente às refeições e a outros serviços que deixaram de ser prestados, mantendo-se o valor da parte letiva, a qual continua a envolver todos os trabalhadores destas valências, salientando que temos recebido muitas opiniões de pais bastante favoráveis ao trabalho que estamos a desenvolver.

Transcrevo parte de uma comunicação da área pedagógica da Voz do Operário, que representa bem o espírito com que estamos imbuídos: "Enquanto projeto da Humanidade, a comunidade escolar e, em particular, a relação entre a escola e a família, desempenha um papel inquestionável no domínio da Cidadania e na orientação do mundo para os valores democráticos, na medida em que constitui um importante contexto de formação e socialização e um espaço inesgotável de promoção de experiências cívicas e de relações afetivas e significativas. Por outras palavras, a história tem-nos ensinado que é nos momentos de crise que a força do coletivo emerge. Nós somos o coletivo".

Estes são tempos difíceis a nível global, que implicam a adoção de medidas concretas para que não sejam mais uma vez os mesmos a pagar a fatura. A pandemia tem de ser enfrentada e combatida com determinação, reforçando os meios e os recursos indispensáveis à defesa da saúde e da vida, não podendo ser usada como pretexto para atacar os direitos dos trabalhadores. Só mantendo os seus rendimentos será possível ultrapassar a crise sem grandes sequelas no tecido social.

EDITORIAL

Não podemos ser nós a pagar a crise

É inédita a crise sanitária que afeta praticamente todo o planeta. Perante a clausura de milhões de pessoas, em Portugal e no mundo, há dois elementos que são cada vez mais evidentes.

Por um lado, a absoluta necessidade de um Estado ao serviço dos trabalhadores e do povo, com serviços públicos de qualidade e, neste caso concreto, um Serviço Nacional de Saúde capaz de enfrentar esta pandemia. Durante anos, PS, PSD e CDS-PP apostaram no ataque às funções sociais do Estado e preferiram investir o nosso dinheiro na banca. Estaríamos, certamente, mais bem preparados para salvar vidas se as escolhas tivessem sido outras.

Outro dos elementos que sobressai é a necessidade de valorizarmos quem trabalha. É absolutamente claro que quem faz mover o mundo são os trabalhadores. Quem cuida da nossa saúde, quem trata de que tenhamos produtos nos supermercados, quem recolhe o nosso lixo, quem garante que não nos falte água, luz e gás, quem nos transporta, quem toma conta dos nossos idosos e muitos outros, para quem faltariam dezenas de páginas para enunciar, são absolutamente essenciais à nossa vida. Esses que, há anos, são maltratados pelos diferentes governos e pelas administrações das suas empresas merecem bem mais do que o nosso aplauso. Merecem que nos juntemos a eles quando exigem mais direitos e melhores condições de vida.

Se do lado de quem nos governa há um apelo constante para remarmos juntos, o facto é que nunca quiseram que remassemos juntos. Quiseram e querem que voltemos a remar sozinhos como no tempo da troika, puxando com a força dos nossos braços toda a economia, permitindo que, uma vez mais, grandes empresas e bancos não exerçam qualquer esforço.

As medidas anunciadas pelo governo, com o beneplácito do Presidente da República, não são apenas insuficientes. São criminosas porque permitem que perante uma calamidade destas dimensões milhares de trabalhadores sejam despedidos, percam rendimentos e se vejam sem qualquer protecção, enquanto as contas continuam a bater ao fim do mês.

A União Europeia, que já estava em estado crítico depois do período da troika, está agora ligada às máquinas, enquanto os seus dirigentes se abstêm de agir de forma decidida para intervir de forma solidária. Nada de novo debaixo do Sol. Abril é mês de revolução e se as atuais circunstâncias não nos permitem sair para as ruas como desejaríamos, importa que estejamos preparados para lutar.

a Voz do Operário

PROPRIEDADE E EDIÇÃO SIB A Voz do Operário
Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
Telefone: 218 862 155. E-mail: jornal@vozoperario.pt
DIRETOR Domingos Lobo
DESIGN E PAGINAÇÃO Ana Ambrósio, Diogo Jorge
FOTOGRAFIA Nuno Agostinho
COLABORADORES Ana Sofia, André Levy, Bruno Amaral de Carvalho, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Manuel Figueiredo, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais
REDAÇÃO Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
IMPRESSÃO Empresa Gráfica Funchalense, SA
Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,
n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro
N.º DE REGISTO NA ERC 107759
DEPÓSITO LEGAL 6394/84
PERIODICIDADE Mensal
TIRAGEM 3.500 exemplares
ESTATUTO EDITORIAL www.vozoperario.pt



Membro da
Associação da
Imprensa
Não-Diária



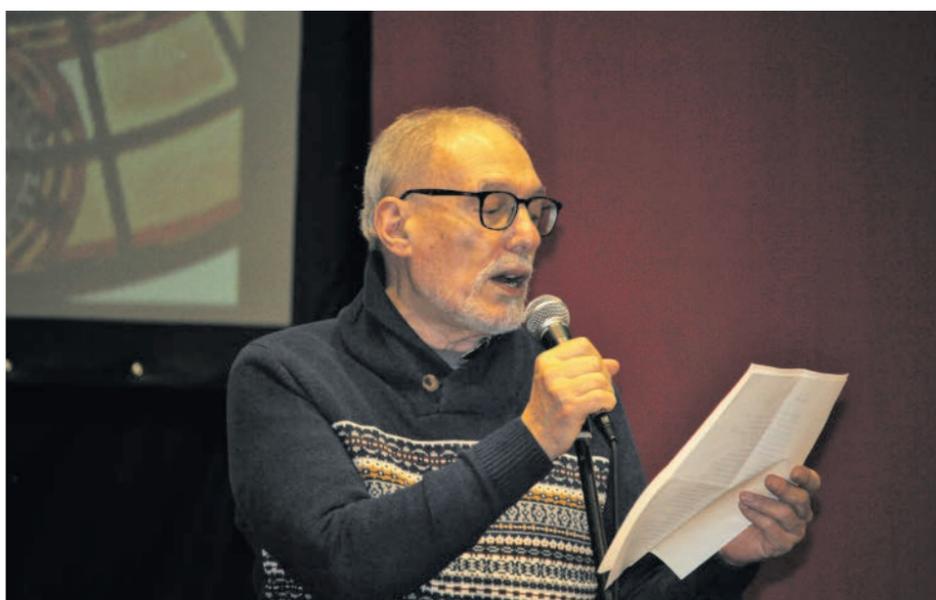
Associação
Portuguesa
da Imprensa
Regional



ANIVERSÁRIO

Centenas no aniversário d'A Voz

Foi com a casa cheia que muitos sócios, amigos e representantes de diversas entidades sociais e políticas celebraram os 137 anos d'A Voz do Operário numa noite em que se evocou o jornal que lhe deu origem, pelos seus 140 anos. Centenas de pessoas puderam assistir ao momento em que foi inaugurado um painel exterior alusivo aos 140 anos do mais antigo título operário em papel, da autoria de Tiago Albuquerque, e receberam pela mão de dezenas de crianças a última edição desta publicação com uma ilustração de Patrícia Guimarães. Durante o jantar, o presidente d'A Voz, Manuel Figueiredo, destacou o passado, o presente eo futuro de resistência. O escritor Domingos Lobo, diretor do jornal, leu o poema que agora se publica.



140 anos

eis o tempo da dignidade e da coragem
de A Voz que se abria a quem, durante séculos, a voz calara
açodada de medos e de injúrias, de trabalhos e pestes
de degredos e fome trabalhos dobrados sobre o medo
eis o tempo em que a fronte se ergue e olha o dia claro e tangível
nas páginas de um jornal. era, finalmente, A Voz
que nos caminhos da Índia se perdera
que nas galés sofrera de escorbuto e febres
nas bolanhas da Guiné perdida, nas roças do Brasil
sonhando árvores de patacas e de engano, sucumbira
que não sabia de Camilo, de Eça, de Ramalho, de Bordalo
que os não sabia ler, sequer garatujar o nome próprio
gerações perdidas nos fumos de um país à deriva
voz trespassada por balas baionetas trincheiras de enxofre
País de arranjinhos e vistas curtas, injusto e trauliteiro
A Voz que sabia das fomes de um tempo de incertezas
e curto amanhã, trabalhar o tabaco que lhes rebentava os pulmões
e as entranhas dos que tinham os dias e os gritos, até a tosse,
vigiados e os filhos cegos, como eles, às palavras que libertam
de quem tinha por arma só os braços e a força que neles habita
a vontade de os erguer além de um chão de cinza e maus agoiros
eis 1879, o tempo chegado da mudança
o querer visionário de Custódio Braz Pacheco e tantos outros
o Povo miúdo os operários e os filhos deles
que começaram a juntar as letras aprendendo a ler os livros que os
pais não sabiam de tão vergados ao escuro na labuta tabaqueira
estavam lá a escola, os livros, as palavras, os saberes
a febre de vencer os muros da indiferença
tinham de novo recuperada A Voz perdida em Alcácer Kibir
depois suspensa e vigiada a lápis azul cárceres e ignomínia
durante 48 anos de noite espessa
mas estava lá nesse rumor fundo das grandes viagens
que transformam o Mundo
uma Voz A Voz plasmada em caracteres de jornal
A Voz inquieta e a inquietar aberta ao pensamento
dos que traziam nos dedos a ousadia
de moldar as palavras em chumbo e substância
a suprema capacidade dos justos
que se negam à iniquidade do seu tempo
estavam lá nesse rumor antigo e laborioso
os sinais mais perenes da dignidade a nossa condição primordial
a palavra saída das oficinas, da ganga, dos braços
da tinta, do óleo, do fulgor das máquinas
das mãos obreiras e hábeis de muitos artesãos do sonho
transformando o papel numa Voz A Voz colectiva
A Voz modelando no corpo de um jornal uma força imensa
uma Voz que se escrevia/escreve com orgulho
ao alto em parangonas na primeira página
A Voz geradora, consciente, corajosa e libertária
que gritava à cidade: estamos vivos e escrevemos Futuro!
o Futuro que trouxe para as ruas de Lisboa numa manhã de Maio
as palavras que habitavam as ideias justas
A Voz rasgando as trevas
junta com milhares de outras vozes plurais e livres
fecundando o tempo o nosso tempo

APOIO SOCIAL



A Voz do Operário rompe o isolamento dos mais idosos

Se Lisboa é hoje uma cidade silenciosa e vazia de gente que enfrenta o isolamento nas suas casas, todas as manhãs, exceto ao fim-de-semana, uma equipa de funcionárias d'A Voz do Operário desafia a pandemia provocada pelo novo coronavírus. Protegidas com máscaras, luvas e desinfetante, garantem que não falte higiene e alimentação a nenhum idoso inscrito no serviço de apoio domiciliário. Manuela, Mariana e Vanderleia deslocam-se à casa de cerca de 40 utentes diariamente com comida nos braços e solidariedade no coração.

Mariana Costa descreve as regras mais apertadas de segurança que cumprem com todo o zelo para

evitar a infeção de utentes e trabalhadores. “Quando chegamos à A Voz do Operário, despimos a nossa roupa e vestimos a de trabalho”, explica. “Vamos com máscaras, luvas e desinfetante e andamos sempre de carro para evitarmos contactar com mais gente seja na rua, seja nos transportes públicos”, sublinha. Mariana refere que reforçaram as medidas de higiene e segurança mas que sempre houve essa preocupação. Mesmo antes da pandemia. “Nós andamos de casa em casa e não queremos contaminar ninguém. Quando acabamos um serviço, tiramos as luvas, lavamos as mãos e desinfetamo-nos”.

De manhã, estas trabalhadores fazem a higiene

dos utentes e à hora da refeição deixam o almoço, explica Vanderleia: “Damos o banho na casa-de-banho ou na cama e, depois o almoço”. Para além deste apoio, ainda prestam auxílio na toma de medicamentos e garantem a higienização das roupas pessoais e domésticas. Com as novas circunstâncias a imporem mudanças, antecipa que a partir de agora as refeições vão passar a ser distribuídas em materiais descartáveis e ficam à porta sem haver contacto directo com aqueles utentes que não precisam de higiene. Mas se a visita diária das funcionárias d'A Voz do Operário rompe em parte com o peso ainda maior do isolamento a que estão submetidos os idosos, são muitos os que fazendo parte das atividades diárias do Centro de Convívio manifestam a falta dos seus companheiros, confessa Vanderleia.

As duas trabalhadores destacam que “é indispensável estar ao lado destas pessoas neste momento” como refere Mariana. “A maioria não tem família e somos as únicas pessoas que vêm durante o dia e naturalmente estão preocupados e querem que isto passe rápido. É mais duro para os que saíam à rua e que são mais afetados por esta mudança”, acrescenta. Mariana diz que são estas pessoas que dão forças para continuar o trabalho e para ajudar quem mais precisa.

Por outro lado, sublinha Rita Governo, diretora do Departamento de Ação Social d'A Voz do Operário, há cerca de 30 outros utentes que recorrem diariamente ao refeitório da instituição “com medidas de segurança reforçadas para evitar a circulação e cruzamento com outras pessoas dentro do espaço”. Neste sentido, as trabalhadoras do refeitório continuam a cozinhar para que tanto os utentes do apoio domiciliário como estas pessoas e funcionários d'A Voz que se mantêm no espaço possam comer. É um esforço coletivo que traz ainda mais desafios quando as pessoas “se encontram numa situação de vulnerabilidade maior”. Frente a este desafio diário, Rita Governo, refere as dificuldades que muitas instituições, incluindo A Voz do Operário, estão a ter para manter os stocks de equipamentos de proteção individual como máscaras e luvas. “Temos tomado todas as medidas para minimizar os riscos e perde-se algum contacto social mas é um mal necessário”, adverte. “Num contextos de desafios acrescidos como este, a força coletiva tem de emergir mais do que nunca”.

INSTITUCIONAL

PUBLICIDADE

Doe 0,5% do IRS à Voz!

Para tal, basta assinalar o **campo 11** e preencher com o NIF **500 259 518**.

Este apoio não tem qualquer custo.

O valor pago de IVA também pode ser consignado.

Ajudar assim não custa

avozdooperario.pt

facebook.com/avozdooperario

t.21 886 2155



**Antiga Agência Funerária
Domingos & Diniz**

Gerência de João Natividade

**Descontos de 15%
para sócios de A Voz do Operário**

Rua de Sta. Marinha, n.º4, 1100-491 Lisboa

Rua de S. Vicente, n.º34, 1100-574 Lisboa

T. 218 861 649 F. 218 875 213 TM. 919 311 363

ESCOLAS

Aprender a partir de casa em tempos de pandemia



O isolamento físico devido à pandemia do novo coronavírus alterou a vida da maioria das famílias e obrigou a uma mudança radical no dia a dia dos adultos e das crianças. Hoje, os corredores e as salas d'A Voz do Operário estão vazios e é a internet que rompe a distância entre os alunos, os pais e os professores, educadores e auxiliares. É o caso de Filipe, um dos alunos da pré-escolar do Espaço Educativo da Graça. O pai, Ricardo Noronha, diz que tanto ele como a mãe estão "muito satisfeitos". A educadora e a auxiliar criaram um grupo no Whatsapp e todos os dias mandam sugestões de atividades e acompanham o Filipe e os pais. "Ontem, tivemos uma reunião no Zoom", recorda Ricardo enquanto explica que tem também uma filha de nove meses e que nem sempre é fácil gerir os tempos dentro de casa. A companheira trabalha a partir de casa enquanto é o pai que toma conta das crianças. "Seria impossível trabalharmos os dois". Com a pequena Inês, "há uma série de ritmos a respeitar, comer, dormir, mudar fraldas, etc", descreve. Sabe que há uma barreira física e que as crianças precisam da proximidade para se concentrarem mas reconhece que há um esforço "digno de louvar" para superar esta distância imposta pela pandemia.

Os professores, educadores e auxiliares são conscientes das limitações e tentam adaptar-se às novas circunstâncias. "Não são tempos para inventar ou inovar. Procuramos encontrar meios que nos permitam fazer aquilo que já fazíamos", explica Sérgio Gaitas. O diretor pedagógico d'A Voz do Operário na Graça aponta aquela que entende ser a maior limitação neste momento: a equidade. "Queremos chegar a todos de igual forma mas nem todos têm os mesmos recursos. Sobretudo, quando toda a gente em casa precisa de usar os recursos disponíveis", sublinha. Em tempos de teletrabalho, para muita gente, nem sempre há computadores para todos e os que há nem sempre estão disponíveis.

"Tentamos montar um conjunto de atividades que pu-

dessem ser feitas online, em direto, e a vermo-nos. Para nós, é muito difícil imaginar qualquer tipo de relação educativa sem nos vermos. Ao princípio, estávamos mais virados para um suporte emocional, para ajudar. Agora, tentamos diversificar os contactos e fazemos uma planificação igual às das salas de aula mas em casa", descreve.

De acordo com o Sérgio Gaitas, na creche, há vários grupos online em que participam as famílias e há uma dinâmica partilhada de uma atividade por dia, com os pais e as educadoras a reunirem online. Já no pré-escolar, são duas as atividades, uma de manhã e outra à tarde com a mesma lógica, onde se incluem as auxiliares. No 1.º ciclo, há uma planificação semanal como a que havia anteriormente e um desafio diário. Os alunos estão, normalmente, duas horas por dia online com os professores. O coordenador pedagógico considera que pese embora os constrangimentos, esta pandemia vai fazer com que adquiram outros conhecimentos e dá o exemplo de projetos de alunos que foram investigar quantas vezes é que este tipo de pandemias aconteceu na história.

Ivo Serra, diretor pedagógico dos Espaços Educativos da Ajuda e Restelo, refere que há um contacto constante com as famílias para perceber quais são as dificuldades que sentem com o objetivo de as ultrapassar. Professores e educadores reúnem através de videochamada com a psicóloga para articular com as famílias estratégias coletivas para limar arestas neste trabalho diário com as crianças.

Há também um trabalho prévio constante de quem tenta encontrar diferentes formas para contornar os obstáculos. As educadoras pesquisam atividades e desafios, adaptam-se a plataformas como o Whatsapp e o Zoom, procurando corresponder às diferentes áreas do desenvolvimento.

"Tentamos promover atividades que correspondam ao que as pessoas têm em casa", sublinha Ivo Serra. No 1.º Ciclo, por exemplo, fizeram-se fichas das diferentes

disciplinas e há um projeto em casa para as crianças a quem se pede o retorno ao longo do dia. "Os pais servem mais de mediador. Há práticas coletivas que continuam. Usam o Zoom e outras para reunirem o conselho de cooperação com os miúdos a debaterem e a partilharem experiências. Queremos ampliar esta forma para termos mais trabalho cooperado. O grande desafio é manter a interajuda", descreve.

Até agora, o retorno dos pais tem sido positivo, afirma. "Há o reconhecimento muito grande do papel que nós temos tido para ajudar estas famílias e há simultaneamente a dedicação dos trabalhadores que assumiram a missão de estar em contacto com as famílias de forma quase permanente", reforça. Para Ivo Serra, há uma necessidade de refletir as diferentes formas de chegar a estas pessoas e considera que importa questionar se estes desafios diários têm impacto em casa. "Para as crianças mais pequenas este desafio é ainda maior", considera.

Nesse sentido também Vítor Hugo Silva, diretor pedagógico dos Espaços Educativos do Lavradio, Laranjeiro e Baixa da Banheira, entende que é um trabalho desafiante mas produtivo. Nas escolas da Margem Sul, repete-se um cenário em que famílias e educadores se adaptam a uma nova realidade. "Estamos a aprender com isto e a perceber que existe um conjunto de estratégias e ferramentas que não anulam o trabalho presencial mas permitem uma interação interessante", refere. Mas Vítor Silva vai mais longe e entende que "a relação com os pais nunca mais vai ser mais a mesma". Neste momento, explica, entram na "sala de aula" de forma constante e há que aproveitar esta presença para o futuro. "As educadoras fazem, inclusive, tutoriais sobre como construir os quadros que temos nos espaços educativos para a avaliação dos próprios alunos. Estamos a capacitar os pais para promover estas dinâmicas em casa. A partir de agora, os pais têm uma visão mais informada e integrada do que se faz nas salas de aula".

25 DE ABRIL



Abril, mês com nome de revolução

Foi naquela madrugada de Abril que se abriram as grandes avenidas da liberdade para um povo que vivia esmagado há 48 anos pela mais longa ditadura fascista da Europa. No mês em que passam 46 anos da revolução, o mundo enfrenta uma pandemia sem precedentes e é ainda mais evidente a necessidade do controlo público de setores estratégicos. Para enfrentar o vírus e as consequências económicas, Abril continua a não ser passado. É futuro.

Bruno Amaral de Carvalho

Um avanço civilizacional

Quando, em 1976, a Constituição passou a afirmar que “todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover”, abriu-se a porta a um dos mais importantes avanços, só possíveis devido à revolução de Abril. Já em junho de 1975, o 4.º governo provisório, liderado pelo General Vasco Gonçalves, tinha criado, por despacho, “a mais profunda e efetiva medida operacional que estendeu os cuidados de saúde a toda a população, antecipando,

na prática, o Serviço Nacional de Saúde (SNS), que viria a ser plasmado” depois na carta magna.

Operava-se, então, uma verdadeira transformação num setor controlado por interesses privados e pelo assistencialismo, num país em que a maioria dos portugueses não tinha acesso a cuidados de saúde. Foi a 15 de setembro de 1979, com os votos contra do PSD e do CDS, que surgiu o SNS, para “garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação, bem como uma racional e eficiente cobertura médica e hospitalar de todo o país”.

Se com a atual pandemia do novo coronavírus até os partidos protagonistas das políticas neoliberais das últimas décadas defendem um maior reforço do SNS, a verdade é que praticamente nunca foi assim. Logo em 1982, o governo conduzido por Pinto Balsemão (PPD-PSD) acabou com o serviço médico à periferia. Daí em diante, os cuidados primários de saúde viveram e vivem em dificuldades. Carlos Silva Santos, em declarações à *A Voz do Operário*, afirma “Passam a faltar médicos de forma continuada. Depois de 1982 nunca mais existiu uma cobertura total nos cuidados primários. Ainda hoje temos mais de 700 mil utentes sem médi-

co de família e o enfermeiro de família tarda em ser uma realidade sistemática”, detalha o médico.

Em 1990, foi aprovada uma nova Lei de Bases da Saúde que integrou a ideia da gestão dos hospitais por regras empresariais. Nela previa-se, por exemplo, o apoio ao “desenvolvimento do setor privado da saúde [...] em concorrência com o setor público”. Mas foi com Durão Barroso (PSD) que se abriu portas aos protocolos com privados. Mediante autorização do Ministro da Saúde, os hospitais passaram a poder “associar-se e celebrar acordos com entidades privadas que visem a prestação de cuidados de saúde, com o objetivo de oti-

mizar os recursos disponíveis”.

Ao longo de décadas, utentes, sindicatos e partidos de esquerda contestaram a descaracterização do SNS e exigiram o fim da promiscuidade entre o público e o privado através da transferência de atribuições, competências e recursos, sobretudo para os grandes grupos privados. Entre 2005 e 2015, os hospitais públicos perderam cerca de 4500 camas, enquanto que nos hospitais privados se verificou um aumento em cerca de 2300, segundo informação divulgada pelo INE. Hoje, o novo coronavírus atinge um país que sofreu com a intervenção da troika, a pedido do PS, PSD e CDS, cortes nas despesas com a saúde superiores a 1300 milhões de euros, ficando 30% abaixo da média da despesa pública em função do PIB na União Europeia (UE). A esta realidade crescem os baixos salários de profissionais de saúde com rendimentos congelados durante anos e a emigração a levar para outros países trabalhadores que fazem falta no SNS.

Se os sistemas públicos de saúde são o melhor escudo de defesa dos Estados face à pandemia, há países que avançaram inclusive para a nacionalização temporária dos hospitais privados. Na Irlanda, o governo decidiu assumir o controlo público das instalações hospitalares privadas enquanto durar a crise devido ao novo coronavírus. A decisão do governo liderado por Leo Varadkar pretende deixar as instituições privadas de saúde nas mãos do Estado como parte da estratégia de combate ao Covid-19. São cerca de 2 mil camas, nove laboratórios e milhares de funcionários que passam a estar sob a alçada do Ministério irlandês da Saúde, indicou o primeiro-ministro numa conferência de imprensa, de acordo com o The Journal.

E se os setores estratégicos estivessem na mão do Estado?

Para além das consequências da crise sanitária que atinge o planeta, há uma tormenta económica em curso que já deixou milhares no desemprego e muitos outros com cortes nos salários. Os abusos laborais sucedem-se e, novamente, como no período de intervenção da troika, as soluções apresentadas pelo governo respondem mais aos interesses das empresas do que dos trabalhadores. As estruturas sindicais a braços com uma avalanche de casos problemáticos acusam as autoridades de quererem, outra vez, que sejam estes a pagar pela crise.

O facto é que grandes grupos económicos e financeiros amealharam lucros durante anos, antes e depois da crise financeira, sem que os salários no país tivessem avançado significativamente. Hoje, se as remunerações tivessem

acompanhado a evolução da inflação e da produtividade, o salário mínimo nacional estaria acima dos 1200 euros, de acordo com a CGTP-IN.

A verdade é que os lucros de muitas destas empresas que eram anteriormente estatais e que foram vendidas a preços de saldo deixaram de ser públicos. Ou seja, os ganhos de companhias estratégicas para o país como a EDP, a Galp, a antiga PT e os CTT, entre outras, já não servem para investir no desenvolvimento dos serviços públicos. O controlo público dos setores estratégicos, fruto do processo revolucionário encetado em Abril de 1974, foi interrompido numa deriva neoliberal que começou com o golpe contra-revolucionário de 25 de Novembro de 1975 e que acelerou com a entrada de Portugal na CEE.

Ainda mais duro, foi a perda do controlo público da banca, à exceção da Caixa Geral de Depósitos, e com isso a entrega aos privados de um poder desmedido sobre toda a economia e uma influência nefasta sobre a administração política do país. As privatizações começaram em 1989 e os diferentes governos deram prioridade ao setor da banca e dos seguros.

Só o Banco Millennium distribuiu 30,2 milhões de euros aos seus acionistas. O Santander pagou 474 milhões e o BPI 69,3 milhões. Já a Galp, entregou 580,5 milhões de euros aos acionistas.

Outra das consequências deste processo foi o desmantelamento do aparelho produtivo nacional em função de uma economia volátil que centrou a sua atividade, nos últimos anos, no setor do

Os ganhos de companhias estratégicas para o país como a EDP, a Galp, a antiga PT e os CTT, entre outras, já não servem para investir no desenvolvimento dos serviços públicos

turismo. A perda industrial do país, em parte devido às privatizações que levou anos depois ao encerramento de empresas que acabaram nas mãos de capital estrangeiro, favoreceu as grandes potências europeias. Hoje, por exemplo, o país depende de outros países para fabricar comboios, depois da privatização da Sorefame. Mas aconteceu o mesmo noutros setores como a pesca e a agricultura, deixando Portugal na situação de défice alimentar. Segundo a consul-



Manifestação pela nacionalização da banca, em 1975.

tora Ernest & Young, Portugal importa 75% do peixe que consome, apesar de ter uma das maiores Zonas Económicas Exclusivas da UE (terceira) e do mundo.

Com a entrada na União Europeia, aumentou a dependência e cresceu o perigo de quebra económica no caso de haver perdas no turismo como tanto alertaram sindicatos e partidos de esquerda e como acaba de acontecer.

Até ao momento do fecho deste jornal, a única medida de Bruxelas para enfrentar a crise foi o fim das restrições orçamentais, permitindo que cada país possa usar o seu próprio dinheiro sem limites no combate à pandemia.

Abril é futuro

“Há quem queira fazer marcha atrás/ Há quem queira meter o travão/ Mas o povo acelera e faz/ O caminho da revolução”, cantava-se nas ruas de Portugal em 1975. Nesse mesmo ano, a 14 de março, depois de uma tentativa de golpe de Estado liderada por Spínola, três dias antes, a banca portuguesa e os seguros foram nacionalizados. O Decreto-Lei justificava a nacionalização considerando “a necessidade de concretizar uma política económica antimonopolista que sirva as classes trabalhadoras e as camadas mais desfavorecidas da população portuguesa, no cumprimen-

to do Programa do Movimento das Forças Armadas”. Sustentava ainda que “o sistema bancário, na sua função privada, se tem caracterizado como um elemento ao serviço dos grandes grupos monopolistas, em detrimento da mobilização da poupança e da canalização do investimento em direção à satisfação das reais necessidades da população portuguesa e ao apoio às pequenas e médias empresas”.

Nos últimos anos, os diferentes governos liderados pelo PS, PSD e CDS voltaram a recorrer à nacionalização mas desta vez para usar o dinheiro público para cobrir as despesas da banca. Se é certo que muitos destes partidos, e outros que entretanto surgiram, aparecem usualmente com programas liberais que defendem o emagrecimento do Estado, a atual pandemia fê-los moderar o discurso. Uma vez mais, perante a paralisação da economia, os empresários recorrem ao erário público em busca da bóia de salvação carregando sobre quem trabalha os custos de uma nova crise.

Em tempos de celebrar Abril, mais do que um exercício de memória, importa que os que viveram e os que não viveram a revolução olhem para o acontecimento como um exemplo prático de que quando o povo se une e está disposto a escolher o seu próprio destino, nada é impossível de transformar.

COVID-19



Pandemia é pretexto para abusos laborais

Despedimentos, imposição de férias durante a quarentena, redução de salários, layoffs, falta de proteção sanitária nos locais de trabalho e não pagamento de subsídio de alimentação são algumas das consequências de uma epidemia levada a cabo por inúmeras empresas durante esta crise gerada pelo novo coronavírus. Se são inúmeros os apelos à solidariedade e à união para enfrentar as atuais circunstâncias, essa não parece ser a intenção de inúmeros grupos económicos e financeiros que apesar dos ganhos dos últimos anos optam por cortar naqueles que no dia a dia são essenciais para o funcionamento da economia. Em período de pandemia, também muitas empresas decidem pôr o lucro à frente da saúde dos trabalhadores, potenciando a infecção dos seus funcionários.

Bruno Amaral de Carvalho

“Já ouviram falar daquele tipo que caiu de um arranha-céus? À medida que ia passando por cada andar, repetia para se tranquilizar: ‘até aqui tudo bem, até aqui tudo bem, até aqui tudo bem. O importante não é a queda mas como se aterra’”. Quem viu a entrada de Ódio, o icónico filme de Mathieu Kassovitz, durante a década de 90, pode ilustrar com estas palavras a forma como as autoridades portu-

guesas e europeias olharam para a avalanche epidémica que começou na China, sem lhe dar grande importância. Praticamente dois meses depois de a ministra da Agricultura ter dito que o coronavírus podia ter “consequências bastante positivas” para as exportações portuguesas no setor agroalimentar”, a CGTP-IN denuncia uma verdadeira hecatombe laboral e exige da parte do governo medidas para parar a onda de abusos.

António Costa não quis proibir os despedimentos, apesar de serem já

vários os países onde esta medida foi implementada. Os governos de Itália e Espanha, com um elevado número de mortos, foram os primeiros. A Venezuela tomou a mesma decisão e até o Papa Francisco condenou a vaga de despedimentos.

Despedimentos em Viana do Castelo

Ainda antes da declaração do estado de emergência por parte do Presidente da República, depois de aprovado

na Assembleia da República, com o apelo do governo ao isolamento e ao teletrabalho, foram muitas as empresas que aproveitaram o momento para despedir. Foi o caso da Fnac, em Viana do Castelo, que decidiu cortar o vínculo contratual com três trabalhadores. Dias depois, despediu mais três dos seus funcionários.

É o caso de Helena Pimenta que denunciou à A Voz do Operário que estava com um contrato por tempo indeterminado, com período experimental de 180 dias. Com 27 anos de idade,

nunca tinha tido qualquer problema com a empresa francesa. “No dia 13 de março, foram dispensados três trabalhadores, um em regime de *full time* e dois e *part time*, com a justificação da quebra de vendas, devido à pandemia do Covid-19”, descreve. Contudo, fomos convidados a trabalhar até ao dia 10 de abril na loja, sem condições de segurança, cumprindo assim os 180 dias do período experimental. Nesse mesmo dia, de acordo com Helena Pimenta, alguns colegas dos seus colegas com vínculo efetivos “foram convidados a antecipar férias e a usar o banco de horas que tinham disponível”.

Ainda neste setor, esta trabalhadora explicou que há mais gente neste centro comercial a sofrer diversos tipos de abuso e sublinhou que, apesar de haver uma circular a recomendar a redução do horário de abertura das lojas, a Fnac foi das poucas que não alterou o período de funcionamento. “No mesmo dia em que anunciaram que íamos ser despedidos e em que éramos praticamente a única loja aberta no centro comercial, no final do dia foi-nos enviado um e-mail intitulado ‘vencer o desafio coronavírus’, em que nos era pedido uma atitude positiva e responsável, ânimo e força para juntos ultrapassarmos esta fase”, recordou. “Este aproveitamento num momento de catástrofe social por parte das grandes empresas é sujo e altamente vergonhoso”.

Na formação inicial, contou Helena Pimenta, assistiram a uma breve apresentação da empresa na qual se referiram “com orgulho” os milhões de lucro. “Agora, despedem seis das pessoas que ouviram essas mesmas palavras com o pretexto da redução do consumo dos produtos vendidos face à crise pandémica com a ideia que não há outro remédio. É revoltante sentir na pele que somos números nesses milhões, a somar ou a retirar conforme lhes convenha. A FNAC vende a ideia de que trata e vê os seus trabalhadores de forma diferente das grandes empresas concorrentes, o que não corresponde, como visto, de todo, à realidade”.

Também este shopping de Viana do Castelo aderiu à onda de protestos que percorreu vários centros comerciais em todo o país contra a falta de condições de segurança. “Na Fnac, apenas foram colocados dois frascos de desinfetante na área social dos trabalhadores, bem como uma caixa de luvas. Contudo, quando uma colega decidiu colocar luvas durante o período de trabalho foi interpelada por uma superior que lhe chamou a atenção para o mau aspeto que fazia transparecer o seu uso. Dias depois foram colocados cartazes informa-

tivos na loja acerca da distância de segurança que muitas das vezes não foi cumprida por parte dos clientes, deixando-nos numa posição de total impotência e desconforto”.

Falta de material de proteção

Mas são inúmeros os casos em todo o país de empresas que priorizam a produção ainda que isso ponha em risco a saúde dos seus trabalhadores. É o caso, por exemplo, da Embraer, em Évora, que até ao fecho desta edição se mantinha a laborar sem precaver as recomendações da Direção Geral da Saúde. À Voz do Operário, um dos trabalhadores, que escolheu falar sob anonimato, denunciou que se mantêm as funções que não podem ser realizadas sem máscara. Nos dois complexos fabris de compósitos e metálicos, continuam a trabalhar cerca de 300 operários, menos os que têm filhos em casa, e este trabalhador defende que se a Embraer não quer parar a produção, “devia pelo menos meter a fábrica a 50%”. De acordo com este operário, o ambiente é de “medo”, “indignação” e há um grande “sentimento de injustiça”.

Contudo, é no setor da saúde que mais choca a falta de material individual de proteção. Na linha da frente do combate ao Covid-19, os profissionais debatem-se muitas vezes com as chefias. Foi o caso de vários assistentes operacionais do serviço de radiologia do Hospital Santa Maria que se recusaram a trabalhar como forma de protesto. De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul, só quando chegaram máscaras e luvas é que estes trabalhadores aceitaram cumprir as suas funções.

Depois da declaração do estado de emergência, aprovada pela Assembleia da República, com os votos favoráveis do PS, PSD, BE, CDS-PP, PAN e Chega, que abre a porta à suspensão do direito à greve, a indignação subiu de tom também entre os auxiliares de alimentação do Hospital de São Francisco Xavier também sem luvas e máscaras.

A Voz do Operário sabe ainda que no Hospital de Santa Maria várias chefias tentaram que os seus trabalhadores que estão em recolhimento domiciliário com filhos menores aceitassem este período de tempo como folgas e férias.

Por outro lado, é cada vez maior o número de lares com utentes e funcionários infetados. Num período inicial sem qualquer fiscalização, e muitas vezes sem materiais de proteção, a pandemia já cobrou várias mortes em diferentes zonas do país.

OS TRABALHADORES DENUNCIAM:

TAP

A TAP anunciou que não renovará contratos a prazo, medida que afeta cerca de 100 trabalhadores; no caso de trabalhadores que estão a cuidar de filhos por encerramento de escolas, pressiona para gozo de férias no fim do regime especial de apoio.

EDP comercial

Nas lojas os trabalhadores não têm acesso a material e/ou condições de protecção sanitária. A EDP teve, em 2019, 512 milhões de euros de lucro.

Imprensa Nacional Casa da Moeda

Despediu trabalhadores temporários.

Continente; Pingo Doce

Em grandes superfícies comerciais falta material sanitário de protecção dos trabalhadores. Trabalha-se horas a fio sem respeitar os dias de descanso semanal.

H&M, Primark, Fnac, Giovanni Galli, Cortefiel

Encerraram lojas e trabalhadores não sabem o que esperar.

Intermarché (Lagos); Jom; Triumph (Aqua Portimão), Benetton, Portugália, Hotéis Minor, Hotéis Vila Galé, Barraqueiro, Decathlon, Tezenis, Casa Piocheur, DHL Supply Chain (Armazém de Palmela), Climex (Viseu)

Imposição de férias ou banco de horas nas lojas.

Carris Tur

Rescisão de contratos.

Empresa em anonimato (Madeira)

Uma trabalhadora, dirigente sindical, é vítima de agressão no seu local de trabalho pela chefia directa, depois de apontar falhas na necessária atribuição de meios de protecção e de higiene pessoal para os trabalhadores.

Vista Alegre

Aos trabalhadores foram impostas férias e caso não aceitem só recebem metade do salário ao fim do mês. A Vista Alegre teve lucros de 7,5 milhões de euros.

Plural; SP Televisão

Os trabalhadores da Plural, SP Televisão foram mandados para casa sem garantias para o futuro.

Nokia Horizonte - ICA; Nokia Conhecimento - ICA

Trabalhadores subcontratados foram dispensados e os trabalhadores com contratos obrigados e coagidos a tirar férias.

Metro de Lisboa

Há maquinistas do Metro de Lisboa com factores de risco a trabalhar.

Diário do Minho

Coloca trabalhadores em lay-off.

IPSS

Algumas IPSS estão a obrigar os trabalhadores a permanecer dentro das instituições 24h sobre 24h, durante vários dias seguidos e sem folgas.

SPdH; Groundforce

Muitos trabalhadores são obrigados a permanecer no posto de trabalho sem tarefas de trabalho consignadas, aguardando o fim de turno em salas exíguas, sem que a empresa forneça equipamentos de protecção individual; ocorrem despedimentos de trabalhadores contratados por prestadoras de serviços e empresas de trabalho temporário; verifica-se a imposição unilateral da redução das cargas horárias dos trabalhadores contratados a termo; trabalhadores pertencentes aos grupos definidos de risco em razão de doença crónica estão a ser obrigados a trabalhar.

DIREITOS

“Semos?”



Em situações destas os que mais sofrem são os trabalhadores e as camadas populares.

Luís Caixeiro

“Semos todos irmãos, demos todos as mãos” é um trocadilho, um tanto infantil e outro tanto irónico a que uma amiga recorre amiúde, e que agora parece sintetizar a leitura (e reforço... a leitura e apenas a leitura), da realidade que querem impor. O perigo do vírus devastador é exibido, não como algo que se sobrepõe a tudo e a todos, mas como algo que é tudo (e o mesmo) para todos. A mensagem de sentido único é isolem-se, recolham-se, nada mais importa, nada mais existe.

Em tempos de tão vincada ofensiva sobre as ideias e os comportamentos convém fazer-se um esclarecimento à cabeça: não, não se desvalorizam os imensos perigos que representa o Covid 19, antes pelo contrário, combatem-se aqueles que não lhe querem dar combate. Sabe-se que em situações destas os que mais sofrem a morte e os que mais duras situações económicas e sociais terão de enfrentar são os trabalhadores e as camadas populares. Por isso, não, não se desvaloriza o perigo deste malfadado vírus. Mas a História ensina que um perigo nunca vem só e que inimigo, que é inimigo figadal, não desaproveita oportunidades de estocar com esperanças letais.

Voltemos ao pobre trocadilho de cacetada na gramática. Querem fazer acreditar que o que antes nos dividia agora se desvanece, o inimigo é só um e contra o vírus marchar, marchar.

Os telejornais contam a história que é pouco inovadora e se multiplica nas redes sociais. Apresente-se a narrativa: o perigo é grande (acrescente-se o drama à medida do apresentador de piquete) e como em todos os enredos similares há as vítimas, os heróis e os malfeitores. As vítimas somos todos nós que respiramos sem saber onde pára esse “vírus Chinês” (e pumba lá está uma estocada); os heróis são os profissionais de saúde, os bombeiros, os polícias..., enfim, a linha da frente que afinal isto é a guerra (estranhos heróis que até há quinze dias mereciam um aumento de 0.3% ao fim de dez anos a ver o vencimento a mingar face ao supermercado); os malfeitores são todos aqueles que num dia solarengo, como caracol, puseram os ditos ao sol. Depois é o loop sucessivo e pelo meio lá se vai mostrando que ali ao lado, nos vizinhos espanhóis, alguém não se portou bem e muita gente se está a dar muito mal. E os italianos, pior, nem falar.... Por isso, aqui que valha tudo: salários, organização do tempo de trabalho, direitos, emprego e o mais que for... Sub-repticiamente, acrescenta-se o medo e a incerteza sobre o futuro que lá vem: recessão, desemprego... e por esta altura já estamos todos a olhar para o lado a cantar “semos todos irmãos, eu e os meus patrões”.

Os trabalhadores enfrentam, na verdade, vários perigos distintos: o perigo da saúde pública e, a cavalo nele, os perigos da degradação da situação económica e social que o capital vai aproveitar para acentuar a exploração e potenciar mais uma bolha de oxigénio para a sua própria sobrevivência. Nesta guerra (sim, estamos de acordo, é uma guerra) convém que escolhamos bem os nossos irmãos. No salão d’A Voz do Operário está lá, bem alto na parede e em letras distintas: trabalhadores uni-vos.



...homens, animais e um aeroporto

Para além do terreno que as suportam e de todos os edifícios que sobre ele os homens construíram, as cidades são também *habitat* de outros seres vivos, sejam eles animais ou vegetais.

Dizia um velho dos que se reúnem no jardim do meu bairro: antigamente, nas árvores que há nas tra-seiras do prédio onde vivo, havia muitos e variados pássaros e especialmente muitos melros e era um encanto ouvi-los... mas hoje já lá não ouço, nem vejo, quase nenhum e o que agora lá há são uns passarões,

enormes e agressivos que tomaram conta de todas as árvores e que se diz terem vindo de África ou do Brasil. É o aquecimento global, não há nada a fazer, sentenciou um outro velho, mas o pior aqui no bairro são os pombos, sujam tudo, estragam a pintura dos carros e até trazem doenças. Acrescentou um terceiro que o pior do bairro era o barulho dos aviões e exprimiu o receio de que qualquer dia lhes caísse um em cima...

O que qualquer deles queria dizer é que existe uma relação vivencial entre os homens e os animais que os rodeiam nas cidades, nas vilas, nas aldeias e até nos campos e que essa relação se pode tornar conflituosa quando o número destes atinge o nível de praga, seja de ratos (são muitas as Câmaras que se vêm obrigadas a incluir nos seus orçamentos verbas para a luta anti muriática) seja de baratas, de cães vadios ou de destruidores javalis, mas que essa relação também pode conduzir à solidariedade e ao respeito vertidos na Declaração dos Direitos dos Animais. Trata-se de uma relação dinâmica que se adapta constantemente a tempos e sítios quando ocorrem alterações naturais de *habitats* ou se está perante transformações territoriais, consequência de obras de engenharia.

Dão que pensar e suscitam interrogações exemplos ocorridos entre nós: porque é que as aves, por instinto de sobrevivência, não se afastam dos mais barulhentos

aeroportos e para segurança das aeronaves é necessário fazê-lo? Porque é que a Ponte Vasco da Gama, acusada de impacto ambiental negativo permite hoje que novos e velhos se maravilhem com a plumagem dos flamingos que lá pousam, indiferentes à passagem de milhares de automóveis? Ou que, um pouco mais adiante, ao longo das estradas que vão para o Sul, estimadas cegonhas se adaptem à modernidade e coloquem os seus ninhos em postes de alta tensão em vez das torres das velhas igrejas?

Não restam dúvidas que hoje há na biosfera animais domésticos (os que vivem nas nossas casas), animais urbanos (os que vivem nas cidades e nos campos ordenados pelos homens) e animais selvagens (os que vivem em consonância com a sua natureza, espalhados por todo o mundo ou em reservas ou em “santuários”) e esta constatação pode conduzir à questão de avaliar até que ponto essa repartição é frágil perante uma transformação rápida e extensa de um sítio como, por exemplo, a construção de um aeroporto numa zona que hoje se mostra equilibrada na convivência animal.

Não será possível encontrar uma localização que se furte a interesses particulares e uma valores nacionais e bem-estar local? Há autarcas e técnicos que dizem que sim.

Francisco da Silva Dias

Transportes
públicosA Lisboa
desprezada

No número anterior falámos da injustiça que recairia sobre a população que usa a linha amarela do metro, vinda de Odivelas, com a construção da linha circular, podendo aplicar-se também a quem vem de Telheiras. Mas a injustiça daquela opção não é apenas para os que já são utilizadores deste meio de transporte.

Quando a Assembleia da República nos abriu a porta da esperança para que a solução da circular fosse revertida, veio o Presidente da República novamente encostá-la.

Digo encostá-la e não fechá-la, porque considero que mesmo em tempo de pandemia, mesmo tendo de ficar em casa, há que não baixar os braços.

Dos utentes injustiçados já falámos, mas há os injustiçados não utentes, isto é, os que têm acesso àquele meio de transporte a partir da sua residência.

Se olharmos para um mapa da rede do metropolitano salta à vista que há um enorme vazio na cidade, a zona ocidental.

Uma rede equilibrada, com uma distribuição abrangendo as principais áreas urbanas, exigiria que a extensão da rede se fizesse em direção a Alcântara, onde chegaria numa primeira fase, estendendo-se posteriormente para a Ajuda, com uma possível nova extensão para Belém.

Com esta solução teríamos uma rede de metro que permitiria acolher o fundamental das circulações na cidade.

Para uma ideia, embora não rigorosa, mas suficiente para uma avaliação, utilizando os dados disponíveis da população das freguesias, antes da sua extinção, podemos concluir que enquanto na solução da circular a população representa 2,16% da população da cidade, com a extensão para Alcântara o valor é de 6,74% e quando se fizesse o prolongamento para a Ajuda atingiríamos os 9,54%.

A solução da linha circular irá atirar para um futuro muito mais longínquo termos uma cidade com uma rede de metro equilibrada. Iremos continuar com uma vasta zona de vazio, iremos manter mais uma injustiça para uma parte significativa da população, a da zona ocidental.

Como diz a sabedoria popular, “têm olhos e não querem ver”. Neste sistema, os olhos só estão voltados para os negócios, neste caso o turismo, sendo os problemas da população uma questão menor.

Rego Mendes

COVID-19

Estado de emergência
promove ataque a direitos

O país está em estado de emergência desde 19 de março, numa resposta à crise do novo coronavírus aprovada na Assembleia da República, na sequência de uma declaração nesse sentido de Marcelo Rebelo de Sousa, após reunir o Conselho de Estado. Os deputados do PS, PSD, PSD, CDS-PP, BE, PAN e Chega votaram favoravelmente a proposta, que não teve votos contra.

João Oliveira, líder parlamentar do PCP, que se absteve – juntamente com os Verdes, a deputada não inscrita Joacine Katar Moreira e o deputado da Iniciativa Liberal – não descartou a possibilidade do recurso ao estado de emergência mas sublinhou que este apenas se deveria considerar no caso de se verificar “o incumprimento das medidas decididas ou a necessidade de adotar medidas restritivas de direitos, liberdades e garantias”.

O deputado comunista considerou que as medidas já em vigor têm sido cumpridas pelas populações e, por outro, explicou que a Lei de Bases de Protecção Civil e o Sistema de Vigilância em Saúde Pública já prevêm, no âmbito das situações de alerta, contingência e calamidade, a possibilidade de adotar medidas de prevenção e contenção, nomeadamente a suspensão ou o encerramento de atividades e a separação de pessoas que não estejam doentes. Mas também a “mobilização civil de pessoas, por períodos de tempo determinados”, o “estabelecimento de limites ou condições à circulação ou permanência de pessoas”, a “racionalização da utilização dos serviços públicos”, a “possibilidade de requisitar temporariamente bens ou serviços” e o eventual “livre acesso dos agentes de protecção civil à propriedade privada”.

De acordo com as medidas anunciadas pelo governo, pessoas em “isolamento obrigatório” ou vigilância ativa não podem sair do domicílio incorrendo em “crime de desobediência”. Maiores de 70 anos terão “dever especial de proteção”, com limitações à sua circulação. Apenas serviços essenciais se manterão abertos ao público.

Para os restantes cidadãos, aqueles que não estejam doentes ou em vigilância, o recolhimento não é obrigatório, devendo cumprir um “dever geral de recolhimento domiciliário”. Em termos de deslocações são permitidas, para este grupo, apenas aquelas que forem feitas no âmbito dos deveres profissionais (para os excluídos da possibilidade de teletrabalho) assistência a idosos ou familiares, acompanhamento de menores ou passeio de animais de companhia, além das saídas para compras de bens essenciais e medicamentos.

Os trabalhadores voltam a pagar crise

Com o país a meio gás, o governo anunciou um pacote de medidas para salvaguardar a economia face à pandemia que beneficiam particularmente as empresas. António Costa preferiu evadir questões como a proibição do desemprego, decisão tomada em países como Espanha e Itália.

Face às orientações do executivo liderado por António Costa, a CGTP-IN contestou a concessão de vários apoios e benefícios às entidades privadas, com perda remuneratória para os trabalhadores e isenção de contribuições para a Segurança Social. Para a central sindical, são medidas “claramente desequilibradas em favor das entidades patronais”.

De acordo com a central sindical, o financiamento destas linhas de apoio direto às empresas deve partir do Orçamento do Estado e não da Segurança Social, cuja finalidade é o pagamento de prestações sociais na eventualidade de perda ou quebra de rendimentos dos trabalhadores.

Outra das medidas contestadas é a isenção de pagamento da Taxa Social Única (TSU) para as empresas em lay-off que pode vir a ter “efeitos nefastos”. A estrutura sindical critica a criação do chamado regime simplificado de lay-off que aponta para uma retribuição dos trabalhadores no valor de dois terços da sua retribuição normal líquida, até um máximo de três salários mínimos (1905 euros), pagos a 70% pela Segurança Social e os restantes 30% pelo empregador.

Desta forma, todos os trabalhadores que auferem até 952,45 euros brutos passam a receber o salário mínimo nacional, ou seja, os trabalhadores passariam a ter um salário líquido de 565,15 euros quando se prevê que os encargos podem vir a aumentar com a especulação de preços.

“Sem prejuízo da situação excepcional e dos seus efeitos na actividade das empresas e na economia do país”, a CGTP-IN apelou à implementação de “apertadas medidas de fiscalização que impeçam fraudes e aproveitamentos de qualquer ordem” e insiste na necessidade de se adotarem medidas que respondam aos trabalhadores com vínculos precários, para que não sejam “duplamente penalizados”.

A Intersindical sublinhou ainda a necessidade de se robustecer o Serviço Nacional de Saúde (SNS), designadamente “no reforço dos meios humanos, com a contratação de mais trabalhadores, e no investimento que os sucessivos governos PS, PSD e CDS-PP negligenciaram”.

CHINA



As medidas nos aeroportos da China foram intensificadas, para reduzir a propagação de infecções vindas do estrangeiro.

Como a China combateu o Covid-19

Filipe Guerra

O Mundo e o país enfrentam o árduo desafio de ultrapassar o tremendo perigo de saúde pública do Covid-19. Na maioria dos países, o número de infectados e mortos continua a aumentar diariamente. Os estados parecem incapazes de conter a pandemia e sobre os povos além do risco imediato de sobrevivência, outros riscos, de natureza social e económica, não apenas se avizinham como são já uma dura realidade de consequências e temporalidade ainda imprevisíveis.

Por outro lado, e previamente à globalização da pandemia, a República Popular da China, primeiro país a detetar e enfrentar o Covid-19, ainda que com grande sacrifício, conseguiu sinalizar, monitorizar e combater eficazmente a pandemia. Para lá da cortina mediática, dos boatos e mentiras, frequentemente alimentados a sinofobia e anticomunismo, vale a pena conhecer e retirar alguns exemplos, não só de como foi possível vencer o Covid-19, mas também de bravura e absoluto compromisso solidário entre o povo chinês.

No final do ano de 2019, na cidade de Wuhan, na província de Hubei, começam a chegar notícias de uma nova tipologia

pneumónica. Entre os primeiros alertas e avisos de que algo novo estava a emergir encontrava-se o Médico Li Wenliang (ele próprio viria a falecer de Covid-19 em 7 de Fevereiro), contudo estes avisos foram inicialmente desacreditados pelas autoridades. Apenas em 30 de Dezembro, a partir do estudo efetuado sobre um paciente com pneumonia, foi possível aferir cientificamente as características do Covid-19.

No início do ano, as autoridades foram reportando cada vez mais casos da doença, e recolhendo progressivamente informação sobre a mesma: quais os sinais e sintomas, os efeitos, características de infecção, as dinâmicas de transmissão, os grupos de risco e a sua fatalidade. A suspeita inicial da origem animal (morcego) levou imediatamente ao encerramento de mercados em Wuhan e restante China (acreditava-se que o mercado de marisco local, que vendia diversas animais, seria o “ground-zero” da pandemia), mas a doença em Wuhan continuava a alastrar, com ramificações para a restante província e país. A transmissão não seria apenas animal-humano, como inicialmente se pensou, mas também humano-humano. A 3 de janeiro a China notifica a Organização Mundial de Saúde (OMS) da epi-

demia e entrega a sequência do genoma no seguinte dia 10.

Neste quadro de degradação crescente da situação, a 23 de Janeiro e com 495 casos de infecção confirmados na cidade, as autoridades decidem encerrar Wuhan com os seus 9 milhões de habitantes. Todos os transportes públicos são encerrados, a atividade económica para e todos os habitantes são confinados às suas habitações. Simultaneamente, são já aplicadas novas tecnologias de informação e inclusive com recurso a inteligência artificial para deteção de redes de contacto, permitindo aferir grupos e populações prioritárias e de risco.

Perante o crescimento do número de infectados e de casos sob suspeita, o pessoal médico de Wuhan, composto por cerca de 38000 profissionais, e as infraestruturas instaladas demonstravam-se insuficientes. Logo ao segundo dia de encerramento da cidade, inicia-se a construção de um novo hospital, com 1000 camas e especialmente concebido para pacientes de Covid-19, ainda um segundo hospital equipado com mais 1600 camas já estava a ser planeado. Dias depois chegam a Wuhan mais 1200 médicos oriundos de toda a China.

Em 31 Janeiro, a OMS declarou a “Emer-

gência de saúde pública de preocupação internacional”. A luta para deter o Covid-19 começa a ir para lá de Wuhan, a grande preocupação para a OMS já é a eminente exportação do vírus para países com sistemas de saúde mais frágeis.

Por esta altura e em resposta a eminentes necessidades, a China retoma e fortalece setores produtivos para a produção em larga escala de material de proteção médica como luvas ou máscaras, multiplicando por dez a sua capacidade e atingindo a produção diária de 300 mil máscaras. Outras medidas no campo hospitalar são tomadas, como a mudança de tipologia dos quartos para os internados emquarentena, a robotização de serviços (como a entrega de refeições), crescentes cuidados com a saúde do pessoal clínico e a definição de regras exigentes quanto aos objetos que entram nos quartos sob o princípio de que “o que entra fica lá”.

No início de Fevereiro há novo reforço do pessoal médico em Wuhan com mais 10 mil profissionais oriundos de quase todo o país, um número que ainda triplicou nas semanas seguintes, não só para apoio à cidade de Wuhan mas também das infetadas cidades vizinhas. Os batalhões médicos, oriundos de 16 províncias chinesas, estavam organizados territorialmen-

te, e como cada batalhão vinha de uma província, a cada batalhão era destinada uma cidade, sumariamente, o princípio de que cada província protege uma cidade.

A 2 de Fevereiro o novo hospital começou a funcionar, a fatalidade baixava para menos de 3%, dos infectados, com o auxílio precioso do medicamento cubano Interferon Alfa 2-B. Dia 5 Fevereiro (dia 14 de encerramento da cidade), permaneciam 10 mil casos confirmados em Wuhan, contudo havia ainda poucos kits de teste, optando as autoridades pelo internamento de todos os suspeitos e pacientes com sintomas ligeiros, o que num contexto com menos de 200 camas disponíveis nos hospitais obrigou à transformação para aproveitamento clínico de espaços públicos como pavilhões desportivos e hotéis.

Ao longo deste processo e do esforço das autoridades médicas e sanitárias, milhares de voluntários organizados pelas autoridades fizeram a distribuição de comida e material médico aos milhões de habitantes da cidade, que apenas podiam sair de suas casas por motivos médicos ou de combate à pandemia.

No dia 12 de Fevereiro o Bureau Político do Partido Comunista Chinês afirmou que o “formalismo e a burocracia são inimigos no combate ao vírus”, registando-se novas mudanças na direção da cidade e da província e mais medidas ainda como o recurso a pessoal militar, logo no dia seguinte (seria a primeira vez que o Exército entrava em ação fora de contextos estritamente militares). Por esta altura 3000 médicos estavam já infectados, vindo 12 a

falecer. Em 20 de Fevereiro permaneciam 75 mil casos de infecção na China.

As últimas semanas têm revelado o acerto das medidas aplicadas, e no momento em que estas linhas são escritas, a província de Hubei está há quatro dias sem novos casos e a situação na China parece globalmente controlada, segundo Bruce Aylward da OMS, “não há dúvidas que a China teve uma abordagem ousada ao coronavírus que mudou o curso de uma escalada rápida de uma epidemia mortal. Parece-me importante que o povo de Wuhan saiba que o mundo lhe deve, e que quando esta doença termine, tenhamos oportunidade de agradecer ao povo de Wuhan”.

O Relatório da Missão Conjunta OMS-China na Doença Coronavírus 2019 (COVID-19), onde participaram peritos oriundos de 25 países, que tinha como objetivos a informação de planeamento nacional e internacional de resposta à pandemia e os passos para a preparação e prontidão de resposta para áreas geográficas não infetadas, foi para lá destes objetivos, e além da descrição da doença, descreve de forma precisa os vários passos dados pela China e as diversas respostas de sucesso.

A China após criar o Grupo de liderança central para resposta epidémica, analisando globalmente a sua atuação, dividiu a sua intervenção em três fases:

1. Prevenção da exportação da pandemia para fora de Wuhan/Hubei, deteção da origem do vírus, desenvolvimento de testes;

2. Redução da intensidade de alastramento da doença juntamente com tratamento de doentes, aplicação de medidas a nível nacional como encerramento de mercados e restrições ao tráfego;

3. Redução dos clusters de casos, prevenção e controlo da epidemia com sustentabilidade económica e social, implementação de medidas centralizadas e standartizadas com comprovação científica;

O Relatório aponta ainda quatro conclusões sobre a intervenção das autoridades:

1. Em face de um vírus desconhecido, a China colocou em marcha talvez a mais ambiciosa, ágil e agressiva política de controlo de doença conhecida na História, com variáveis específicas e maleáveis para contexto nacional, local e comunitário;
2. A cobertura excepcional e apenas possível pelo compromisso para uma ação coletiva em face de um risco coletivo, que se revela pela solidariedade dentro das comunidades, e a outros níveis, por exemplo quando a doença mesmo chegando a novas províncias, os governadores locais continuavam a enviar pessoal médico para Wuhan;
3. A estratégia seguida mudou o curso natural da doença que em duas semanas passou de 2478 novos infectados para apenas 409 (à data do Relatório);
4. A China foi capaz de delinear uma estratégia para recuperar a sua dinâmica económica, reabrindo escolas e retomando o curso de vida normal da sua sociedade, mesmo enquanto trabalha

para conter eventuais cadeias que possam existir;

O Relatório conclui, alertando para a necessidade de outros países, construir cenários e explorar todas as tipologias de medidas que atrasem a transmissão do Covid-19 porque a maior parte dos sistemas de saúde não estão preparados, em todos os sentidos (como tragicamente se confirma), para uma resposta eficaz e que será através de medidas de prevenção e não-farmacêuticas que se poderá atrasar ou impedir o seu alastramento, permitindo ganhar tempo para o desenvolvimento de ferramentas de combate ao vírus.

Entretanto as autoridades chinesas prosseguem a investigação para medição e vacinação para o Covid-19, utilizando diversos recursos e meios académicos e militares, enquanto simultaneamente apoiam dezenas de países por todo o mundo como a Itália, Espanha, Sérvia ou o Irão.

Concluindo, o combate a esta ou outras pandemias só é possível num país com um forte sistema de saúde público, com uma profunda articulação de vários sectores do Estado, com capacidade produtiva forte e domínio de sectores estratégicos, com um sector científico dotado de pessoal e meios, com profissionais de saúde valorizados e mobilizados, com estratégias de prevenção pública e de medicina preventiva, e essencialmente com sentimento de comunidade, de unidade e objetivo comum. Esperemos que Portugal siga esse caminho.

CUBA

Solidariedade em tempos de crise

Filipe Guerra

O quadro da pandemia Covid-19, da feroz velocidade da sua construção de cadeias de contágio à escala internacional, e seus impactos, independentemente de especificidades sociais, culturais ou geográficas, obrigou a Organização Mundial de Saúde, a partir da experiência chinesa, e conhecedora de carências em muitos países, a alertar já em Fevereiro para a necessidade de respostas “rápidas e agressivas” e para a importância de “testar, testar, testar”.

A realidade revelou que muitos países terão ignorado os alertas da OMS, ou não os ignorando, apresentaram conflagradores incapacidades, expondo o resultado de anos de políticas neo-liberais na saúde e de destruição dos vários meios que conferem capacidade de resposta

aos estados em casos de pandemia (instalações, meios e equipamentos, pessoal médico e auxiliar, aparelho produtivo de material clínico). São exemplos disso vários países europeus ou os EUA.

Não obstante casos anteriores, Março marcou a massificação da pandemia à escala mundial (atingindo antes do final do mês 700 mil infectados), expondo cruelmente a incapacidade de resposta de países, bem como o laxismo criminoso de vários líderes nacionais. De vários pontos da Europa, nomeadamente de Itália e Espanha (mas também em Portugal), chegaram imagens e testemunhos impressionantes de escassez e esgotamento de recursos materiais e humanos.

Neste contexto, países como a China ou Cuba, como já o tinham feito em contextos diversos no passado (especialmente Cuba), demonstraram soli-

dariedade com países e povos particularmente afetados e progressivamente incapazes de contrariar a pandemia.

Desde meados de Março, a China já enviou para países europeus, inicialmente em Itália, centenas de toneladas de material e equipamento médico, assim como médicos, enfermeiros e diversos cientistas e especialistas experimentados em pandemias. Mas não apenas para a Europa, também para a América do Sul, Ásia e África, e por vezes em países em situações bem complexas como Iraque, Síria e Irão (que luta contra uma forte disseminação de Covid-19, e sob embargo económico dos EUA que dificulta a entrada de fármacos). Em 23 de Março, a China apoiava oficialmente 82 países, entre outros que se juntaram como Portugal.

No caso de Cuba, que desde os anos 60 já enviou mais de 600 mil profissio-

nais de saúde para mais de 160 países, o seu apoio foi especialmente notado com a solidariedade prestada por dezenas de médicos enviados para a região da Lombardia italiana, entre muitos outros enviados para países da América Latina e África, envios feitos sobre o protesto e avisos intimidatórios da Administração Trump em Washington. Cuba recebeu ainda o navio inglês MS Braemer, com mais de mil passageiros e onde se registavam vários casos de Covid-19, sem que algum porto o recebesse.

Não é de mais ainda referir que é de produção sino-cubana o antiviral Interferon Alfa 2-B utilizado na cura ao Covid-19.

No quadro político internacional, é fundamental que estados e povos, dêem exemplos de solidariedade antropocêntrica em que a cooperação internacional não seja apenas um mercado.

NATO, ONU, UE, EUA...



Las Vegas, Estados Unidos, 2020. Um sem-abrigo, que costumava pernoitar num centro de caridade, testou positivo ao covid-19. O centro teve de fechar, deixando 500 pessoas sem ajuda. O Estado de Nevada decidiu então que estes seres humanos ficariam em isolamento no parque de estacionamento de um complexo desportivo.

A solidariedade onde nunca existiu

Filipe Guerra

A crise sanitária desencadeada pelo Covid-19 expôs significativamente o conjunto de fragilidades e meras aparências, há muito detetáveis à observação atenta, que apenas programaticamente norteavam as relações internacionais entre muitos estados, diversas instituições supranacionais e interestaduais.

Desde o início do mês de Março, e a partir da realidade calamitosa em que a Itália se começou a encontrar, revelou-se a incapacidade (ou falta de vontade política) da União Europeia agir em apoio a um seu estado-membro, quer como organização em si quer pela coordenação de ajuda entre estados. Desde meados de Março, o Centro de Coordenação de Resposta de Emergência da União Europeia recebeu pedidos de apoio de material médico por parte das autoridades italianas, sendo que o Centro apenas reencaminhou esses pedidos de auxílio para os estados-membros, o que segundo o representante italiano na União Europeia, Maurizio Massari, “não resultou”.

De resto, a incapacidade de resposta da União Europeia a crises nos seus estados-membros, a mesma União Europeia que tanto refere a “solidariedade”, já tinha sido comprovada recentemente nos casos dos fogos nos países do Sul ou na “crise de refugiados” em várias fronteiras.

Por outro lado, também a NATO deu resposta similar ao pedido feito por Espanha, de apoio em material médico, tendo alegado constrangimentos de armazém e empurrando eventual ajuda para a disponibilidade dos seus estados integrantes. A mesma NATO que se preparava para realizar no final

de Março “os maiores exercícios militares de sempre”, no Leste da Europa, o projeto “Defend Europe 2020”, com mais de 20 mil militares em exercícios orçamentados em 300 milhões de euros.

Entretanto a ONU, cada vez mais um cadáver político, em regime de auto-sustentação e das suas agências e milhares de funcionários entregues à caridade por aí enquanto se vão procurando desvencilhar das sucessivas acusações de nepotismo e corrupção. Do seu Secretário-Geral, António Guterres, apenas se conheceu parcas palavras apelando ao “cessar fogo” das guerras durante a pandemia, um curto vídeo lavando as mãos zelosamente num quarto de banho, e ainda breve condenação da “desinformação”, apelando à “coordenação”. Perante uma grave pandemia mundial, tem sido este o papel da ONU.

Por estes dias chegam notícias da incapacidade da União Europeia de encontrar não só saídas para o imediato, mas também para o futuro das economias dos estados-membros, e as pequenas medidas já conhecidas apenas merecem condenação (como permitir que estados, como Portugal, possam usar o seu próprio dinheiro). A arrogância e umbiguismo fazem de novo sentir-se entre estados-membros (como a Alemanha, conhecedora que pela sua força sobreviverá reforçada à crise) com a dianteira mediática tomada pelo ministro das finanças holandês na sua provocatória sugestão de investigações à incapacidade orçamental dos países afetados pelo Covid-19, particularmente dirigido à Espanha.

Se a prática é o critério da verdade, a realidade comprova, num momento crucial, o logro propagandístico que tem pautado as relações e muitas instituições internacionais.

A VOZ dos livros



Ler em tempo de quarentena

Não fora o vírus, esta coisa não humana que trava a progressão social, que nos atropela e fecha em casa despojados de tudo, a vida em suspenso, o ser social que nos habita transformado em prisioneiro de uma distopia que ameaça, não apenas as nossas vidas presentes mas, sobretudo a forma como vamos encarar a vida e o nosso relacionamento com outro depois da pandemia.

Seremos capazes do gesto espontâneo, como latinos com o coração trespassando a pele, de abraçar os amigos sem temores? “Que saudades de um abraço”, escrevia a Ana Margarida de Carvalho na sua criativa quarentena. Será que conseguimos, depois do pesadelo, dar aos braços o seu ofício primordial; teremos o mesmo afecto, a mesma ligação ao Outro, sem medo, sem antes reciclarmos tudo o que de negativo, em termos humanos e civilizacionais, formos absorvendo ao longo destes dias, meses, quem sabe?

Se no cinema, ou no teatro, alguém tossir, como reagiremos, que memórias terríveis da peste nos assaltarão? Na América de Trump será provável que alguém puxe da arma e dispare contra o incauto que ousou constipar-se, ou ter uma breve irritação de garganta. Por cá, as armas não servem, felizmente, como resposta às nossas inquietações.

No entanto, sobre esta maleita que nos tomou de assalto, que herança nos irá deixar o COVID19. Que preço pagaremos?

Mais que o tempo da quarentena que nos retém em casa, são as sequelas que desse tempo, dessa absurda circunstância, permanecerão nos nossos tiques, nos nossos comportamentos, na nossa integração social. E os inimigos das liberdades duramente conquistadas estão muito atentos a esse próximo futuro.

Entretanto, percorro a estante e vou recomendar-vos, como leitura ou releitura, alguns livros atravessados por um humor inteligente e substantivo, que vos podem ajudar a contornar a neurose e a esboçar algum sorriso. O humor é sadio e em tempo de cólera o humor (e o amor, como o fez Gabriel Garcia Marquez) é o melhor antídoto contra o desespero. “A humanidade levase demasiado a sério. É o pecado original do mundo. Se os homens das cavernas tivessem sabido rir, a História teria sido muito diferente”, disse-nos Oscar Wilde.

Alguns títulos: *A Queda de Um Anjo*, de Camilo Castelo Branco, *O Conde de Abranhos*, de Eça de Queirós, *O Que Diz Molero*, de Diniz Machado, *Crónica dos Bons Malandros*, de Mário Zambujal, *Cadáveres às Costas*, de Miguel Real, *Jaime Bunda – Agente Secreto*, de Pepetela e, já agora, o meu policial *As Máscaras Sobre o Fogo*.

Lembrem-se do *Poema Sobre o Medo*, do Alexandre O’Neill – não deixemos que ele, o medo, nos transforme em ratos. O medo não pode ter tudo.

Domingos Lobo

VÍDEO



Le Plaisir (O Prazer) realizado por Max Ophüls, de 1952.

O Prazer

Maria Lis

Este foi um Março diferente, Abril também o será, provavelmente. Os recentes eventos trouxeram muitos de nós para o interior do espaço doméstico e esse confronto com as paredes de casa pode ter-nos remetido para uma visita atenta a conteúdos do passado que por cá andavam desorganizadamente organizados. Na drástica redução de rostos humanos à nossa volta, reencontramo-nos com filmes e livros, rabiscos e cadernos, vinis, cd's, e as possibilidades infinitas que ficam à distância de um click.

Partilhá-los pode bem ser o melhor recurso de redução desta distância imposta e atrevo-me por isso, a fazê-lo.

Quando nos colocamos frente a um filme estabelecemos um dos mais reais paralelismos com a condição do humano frente à vida. Estamos disponíveis para *o por vir*, queremos conhecer as personagens, perceber onde se movem, de onde vieram - por vezes ligamo-nos a elas com uma

profundidade tal, que seria estranha perante qualquer outra situação do universo do não-real. Estamos disponíveis, atentos, prontos para o desconhecido, expostos à probabilidade de sermos *tocados*, aceitantes das consequências possivelmente irreversíveis que determinado filme possa ter sobre a vida que continuará depois de o vermos.

Por princípio vejo filmes no cinema. Mas, se por motivo de grande infortúnio, nos virmos perante um pequeno ecrã do computador e se instalar a indecisão sobre qual deve ser, pode aplicar-se um golpe normalmente fatal: escolher um clássico.

Foi precisamente este o cenário que me pôs frente-a-frente com *Le Plaisir* (O Prazer) realizado por Max Ophüls, de 1952, a preto e branco.

Não descreverei exaustivamente o filme porque estaria a cometer a terrível injustiça de privar-vos da experiência total que nele, através dele, podem ter. Mas na tentativa de aguçar a vontade penso ser possível legendá-lo como um mergulho profundo na alma e no hábito dos humanos

com uma fresca aparência de superficialidade.

Aos meus olhos, Ophüls consegue elevar a sua adaptação de três contos de Guy de Maupassant ao expoente supremo da beleza justamente por expor a natureza contraditória e falível das pessoas através de um incrível sentido de humor.

A primeira história marca o compasso. Instala-se a festa, dos olhos às partículas mais minúsculas do organismo, e conquistada a nossa atenção somos logo confrontados com o primeiro exemplo de contradição, dúvida e fragilidade dos Homens - a passagem da vida e o envelhecimento, a festa que continua para outros mas não para nós, os que envelhecemos entretanto. Ophüls consegue que este seja um confronto feliz - ficamos felizes porque a festa continuou.

Se a vida alegre e rápida continuou, pode iniciar-se a segunda história, temos entusiasmo para vê-la. Novamente Ophüls nivela com igualdade este mundo tão desigual, sentando lado-a-lado homens que só se sentariam com igualdade nestas mesmas circunstâncias - a circunstância da carne, do desejo e da satisfação. O grupo de prostitutas que alenta os destinos da cidade deixou de portas fechadas a sua casa - o motivo? "por motivo de primeira-comunhão" - não são palavras minhas, foram as que deixaram escritas à porta.

Todas as peripécias de absoluta beleza culminam no momento dessa cerimónia, no qual as lágrimas de um grupo dessas sumamente exploradas mulheres, contagia todos os presentes na igreja (independentemente da sua origem de classe) e se cria assim, com um traço impressionista, o apogeu da comunhão e da partilha entre iguais.

Ophüls confronta primeiro "o prazer e o amor", depois o "prazer e a pureza" para terminar com o confronto entre "o prazer e a morte".

A terceira e rápida história aparece como um círculo dentro de um círculo. O limite do amor, do não-amor e do reaparecimento do amor, o fim que se faz princípio - a morte que planta mais do que ceifa.

"Maria, acabar o texto com morte, pode deixar os leitores tristes..." - sim, posso responder-vos com a última frase do filme - "a felicidade não é alegre".

Sugestões culturais:

Podcast de Poemas Maio, trabalho, luta
Edições Avante!



Entre o Dia Mundial da Poesia e o Dia do Trabalhador, as Edições Avante! comemoram os 130 anos do primeiro Primeiro de Maio com poemas lançados diariamente no podcast que inaugura a presença da editora! neste formato. A partir do livro *Maio Trabalho Luta*, várias personalidades dão voz aos poemas que cantam o anseio milenar de emancipação da classe trabalhadora. Disponível em editorial-avante.pcp.pt/podcast.html

D. Maria II
em Casa



O Teatro Nacional D. Maria II está levar a cabo uma vasta programação a partir do seu site (tndm.pt/pt/calendario/d-maria-ii-em-casa). Entre outras atividades, todas as sextas e sábados, às 21h, é colocado online um novo espetáculo, selecionado de entre as dezenas de produções e coproduções que subiram ao palco do D. Maria II nos últimos anos. Os vídeos ficam depois disponíveis, para serem vistos a qualquer altura.

Bode Inspiratório
Vários escritores



Respondendo ao desafio da escritora Ana Margarida de Carvalho, mais de 40 escritores juntaram-se para apresentar, a cada dia, um capítulo de um cadáver esquisito literário. A saga começou com Mário de Carvalho e terminará no final de abril, com Luísa Costa Gomes. Os textos são disponibilizados no facebook do projecto (facebook.com/bodeinspiratorio), e também contam com versão áudio.

Ciclos de cinema
Terratrema



Em tempos de quarentena, a produtora cinematográfica da *Fábrica de Nada* (2017) disponibiliza gratuitamente alguns dos seus filmes dos últimos anos. Todas as sextas e terças é partilhada a programação, e os filmes ficam acessíveis, online, por 1 semana. Esta organiza-se em ciclos temáticos, em torno dos quais são selecionadas as obras. Disponível em terratreme.pt.

HISTÓRIA



Monumento a Lenin en Aluksne (Letonia).

Lénine em tempos de Covid-19

Manuel Gouveia

Os 150 anos do nascimento de Lénine acontecerão a 22 de Abril, em pleno desenvolvimento da crise pandémica do COVID-19, que terá um natural impacto sobre as comemorações. Em Portugal, o PCP já adiou a Conferência que tinha previsto realizar, e na Rússia, o vasto programa de comemorações foi transferido para Novembro.

Fica o registo. Mas o que Lénine nos exigiria, no esteio de Marx, é que dedicássemos os nossos esforços ao tempo em que vivemos e à análise concreta da realidade concreta, tendo em conta que «*os homens sempre foram em política vítimas ingénuas do engano dos outros e do próprio e continuarão a sê-lo enquanto não aprendem a descobrir por trás de todas as frases, declarações e promessas morais, religiosas, políticas e sociais, os interesses de uma ou de outra classe.*»

Que distância quilométrica vai desta visão de Lénine à reaccionária rezinguice contra o povo em que tropeçamos tantas vezes, ou às utópicas ilusões sociais-democratas sobre a conciliação de classes (o «*pântano*», como lhe chamou).

Olhemos para esta crise, desde logo para os seus aspectos mais imediatos, mais perceptíveis: a Galp a distribuir dividendos e a despedir trabalhadores por “necessidade”; a EDP a fazer anúncios fofos, mas sem reduzir as tarifas que oprimem empresas e famílias; milhares de trabalhadores a serem despedidos sem que

o Governo o reconheça, por estarem dentro de período experimental, por serem subcontratados ou por estarem a prazo; os donos dos hipermercados a ganharem fortunas com o trabalho (e agora o risco) dos seus trabalhadores mal pagos.

Mas sublinhemos igualmente o que ela revela, o papel essencial do trabalho, da produção material: um mundo de heróis que agora é redescoberto, do caixa de supermercado às mulheres da limpeza, do operário agrícola ao condutor de autocarros, do auxiliar de saúde ao carteiro, sem esquecer os que nas fábricas mantém o mundo a funcionar, e sublinhemos a dimensão colectiva da coisa, o herói colectivo que é a classe operária e todos os trabalhadores, fonte de toda a riqueza, de toda a satisfação das necessidades humanas. Apontemos o exemplo do Serviço Nacional de Saúde, conquista de Abril que há 40 anos defendemos contra a progressiva mercantilização da saúde.

Olhemos e procuremos que outros olhem mais longe: para o modo de produção, para a forma como este submete o trabalho, a produção e o acesso a bens e serviços à satisfação das necessidades do capital (multiplicação, concentração e centralização) e não das necessidades humanas; que a resposta às necessidades humanas é a socialização e não a mercantilização; que a propriedade social dos meios de produção é uma necessidade histórica.

E àqueles que comecem a divisar a necessidade de superar o capitalismo, ajudemo-los a perceber que «*toda a instituição velha, por mais bárbara e apodrecida*

Lénine e o movimento operário português - exposição

Antes da crise pandémica, A Voz do Operário preparava-se para inaugurar uma exposição na sua biblioteca, aquando do 150.º aniversário de Lénine.

Os trabalhos de reorganização da Biblioteca d'A Voz do Operário têm vindo a permitir recuperar material importante, nomeadamente um conjunto de obras de Lénine, entre as quais figuram edições francesas da década de 1920 e algumas das primeiras edições portuguesas, também dessa época. São disso exemplo as primeiras edições portuguesas do *Imperialismo - Fase Superior do Capitalismo* e do *Marxismo* (1929), publicadas pelo sindicalista Joaquim Cardoso. Consta igualmente um exemplar daquela que terá sido a primeira edição portuguesa de um livro de Lénine: *Os problemas do poder dos soviets*, publicada em 1919/20. Estes terão sido importantes instrumentos na divulgação dos movimentos socialistas junto dos operários portugueses. É a partir destes materiais que se constitui a exposição, contando um pouco mais desta história comum.

Fica o compromisso e a marcação (embora sem data) desta exibição.

que pareça, se mantém pela força de umas ou de outras classes dominantes.»

Apontemos as velhas taras ao capitalismo, sem passar ao lado das formas mais ou menos democráticas que adoptam os Estados mais ou menos democráticos que permitem e legalizam a exploração e a opressão de milhões. É que o poder das classes dominantes assenta em bases muito concretas, desde logo no domínio do Estado, instrumento da dominação de uma classe sobre outras, mas também no poder do capital acumulado, na quantidade de coisas e pessoas que o dinheiro permite comprar, bem como o poder que advém da propriedade dos meios de produção e dos instrumentos de dominação ideológica.

«*E para vencer a resistência dessas classes só há um meio: encontrar na própria sociedade que nos rodeia, educar e organizar para a luta, os elementos que possam - e, pela sua situação social, devam - formar a força capaz de varrer o velho e criar o novo.*»

Esta crise, como todas, deixou mais à vista todas as insanáveis contradições da sociedade capitalista. Mas quando ela passar, para os trabalhadores, tudo continuará como está ou ficará ainda pior. Disso se encarregarão as classes dominantes, que usarão o seu domínio para salvaguardar os seus privilégios à custa dos nossos direitos.

Ou não. É sempre possível que desta vez não.

Porque inevitavelmente (mas não inevitavelmente amanhã): da resistência e da luta surgirá a oportunidade para novamente colocar a história a avançar; da capacidade e criatividade das massas surgirão as formas concretas que adoptarão esses avanços no século XXI; novamente soará e será seguida a palavra de ordem certa no momento certo, tal como aconteceu em Abril de 1917, quando Lénine apontou «*Todo o poder aos Soviets!*».

(Todas as citações entre aspas são de Lénine)